



Meninos Ye'kwana brincam em estrutura de casa tradicional em construção

© TIAGO MOREIRA DOS SANTOS/ISA

Povo Ye'kwana se mobiliza para melhorar sua qualidade de vida

A substituição dos alimentos industrializados na merenda escolar e os cuidados com o manejo dos recursos naturais estão entre as preocupações dos indígenas que vivem em uma das regiões mais vulneráveis da TI Yanomami. **p.12**

- 2 DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS
- 8 PARCEIROS LOCAIS
- 11 MODELOS DE SUSTENTABILIDADE
- 15 PESQUISA E DIFUSÃO
- 19 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Licenciamento ambiental está na mira do Congresso

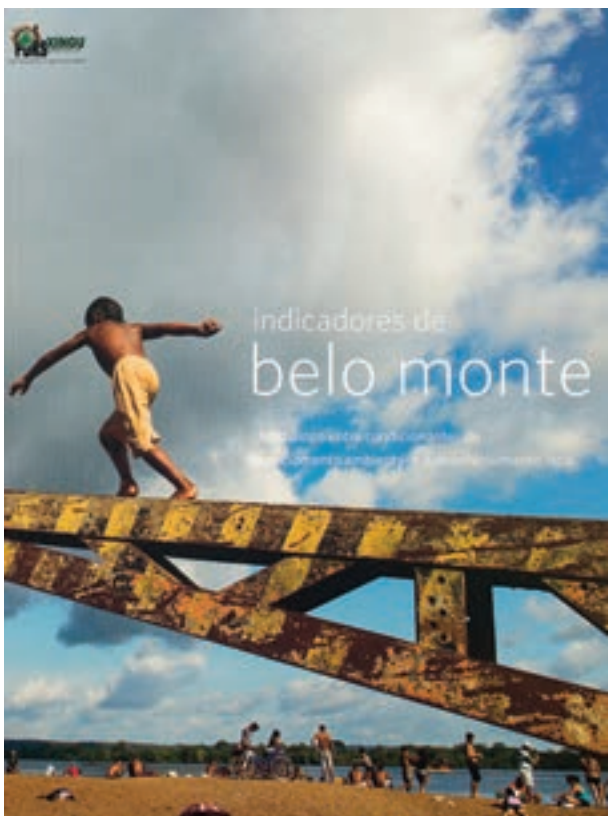
A PEC 65 e o PLS 654 são apenas algumas das medidas que acabam com o principal instrumento de controle e prevenção de danos socioambientais previsto em lei. **p.10**

ISA e Museu de Viena inauguram exposição virtual

Para fazer um tour pela mostra, entre no site Povos Indígenas no Brasil (<http://pib.socioambiental.org>), que exhibe o acervo de cultura material dos indígenas Karajá, Panará, Wãjapi e Wari'. **p.15**

Monitoramento da FGV revela o que aconteceu com condicionantes de Belo Monte (PA)

A iniciativa de contratar a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para monitorar as condicionantes da usina de Belo Monte (PA) partiu da Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes de Belo Monte, que integra o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), coordenado pelo governo federal e que conta com a participação do governo estadual e municípios, da Norte Energia e da sociedade civil. O ISA participa como representante da sociedade civil nesta Câmara específica e em outras duas: ordenamento territorial e povos e populações tradicionais. Os resultados estão disponíveis na publicação *Indicadores Belo Monte*, recém-lançada pela instituição.



Durante um ano e meio, a FGV monitorou sete condicionantes da usina, que entrou em funcionamento em 16 de abril passado, de responsabilidade do empreendedor (Norte Energia) e do poder pú-

blico. Foi o maior investimento já aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2012, para o cumprimento das condicionantes da obra: R\$ 3,2 bilhões para a Norte Energia, equivalente a 11,2% do total de recursos aplicados na usina. Quatro anos depois, a FGV apresenta um retrato nada animador dos cinco municípios que receberam os investimentos: Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Brasil Novo, todos no centro do Pará. Entre os principais problemas apontados estão:

- ✓ das obras previstas para a saúde indígena nas aldeias nenhuma foi concluída
- ✓ o saneamento básico não se tornou realidade; a operação e gestão dos sistemas de esgotos das 16 mil residências de Altamira devem levar anos para ser viabilizadas
- ✓ o programa de reassentamento fracassou, pois embora tenham sido destinados 119 mil hectares para relocar ao menos 40% das famílias dos atingidos nas áreas rurais, ficou aquém da meta
- ✓ a falta de capacidade financeira e de gestão dos municípios foi identificada já que cinco anos após o início da construção da usina o hospital municipal de Altamira não foi inaugurado
- ✓ desmatamento indireto não foi abordado de maneira estratégica e o resultado foi a intensificação da extração ilegal de madeira nesses últimos cinco anos. A Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu tornou-se a Unidade de Conservação com a maior taxa de desmatamento em toda a Amazônia.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/29rtc0F>

© OLIVIER BOÛLE/FENOFOCO



Mulheres Yawalapiti carregam troncos de madeira para construir uma casa só para elas na aldeia Tuatuari

Como é ser mulher indígena?

Na Semana do Índio, comemorada em abril, o ISA elegeu como tema as trajetórias de mulheres indígenas de diferentes regiões no Brasil, destacando iniciativas e revelando os desafios que elas enfrentam. Foi um jeito de chamar a atenção para as muitas formas de ser mulher indígena no Brasil abordando diferentes realidades. O especial *Mulheres Yanomami em movimento* trouxe detalhes sobre o encontro que elas realizaram reunindo mais de 100 participantes vindas de diversas aldeias da Terra Indígena Yanomami, para conversar sobre questões que as afetam.

O depoimento de Estela Vera, rezadora do povo Ava Guarani, região de fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, enfatizou a importância de rezas/cantos para a produção da vida social e dos mundos Guarani e Kaiowá. Outro especial, denominado “Conexões Mulheres Indígenas” abriu um canal de diálogo entre mulheres de diferentes povos indígenas e regiões do Brasil. Por meio de áudios do WhatsApp elas falaram de suas realidades umas para as outras e conversaram sobre os desafios de ser mulher in-

dígena. A semana encerrou-se com uma entrevista exclusiva de Sonia Guajajara, que está à frente da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib).

Homens não entram

Em defesa de seus direitos, as mulheres Yawalapiti, do Parque Indígena do Xingu (PIX), iniciaram em 2015, a construção da Casa das Mulheres, sonho das irmãs Ana Terra e Watatakalu. Elas fazem parte de um grupo de mulheres da aldeia Tuatuari, no Alto Xingu, que quer ampliar seus espaços, adquirir mais visibilidade, assumir a liderança nas aldeias e fora delas. Sem um lugar para se reunir, as indígenas têm dificuldades para executar as responsabilidades que lhes cabem como passar aos filhos os ensinamentos tradicionais. “A maioria das mulheres não sabe mais fazer rede, conhecimento tradicional transmitido das mães para as filhas. Então a gente quer resgatar esses materiais e preservar nossa cultura”, explica Ana Terra. As duas irmãs são filhas do cacique Pirakumã Yawalapiti, que morreu subitamente em agosto de 2015, e foi o incentivador da iniciativa. A inauguração está prevista para acontecer durante o Kuarup (festa de homenagem aos mortos) em agosto na aldeia Tuatuari dos Yawalapiti.

SAIBA MAIS EM <http://isa.to/1QT1qTw>

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1QT1Hpx>



Decreto de acesso ao Patrimônio Genético indica “farsas”

Um dos últimos atos da presidente afastada Dilma Rousseff foi a publicação, em maio, do Decreto nº8.772, que regulamenta a nova lei do acesso e exploração do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados (Lei nº13.123/2015).

Uma série de artigos sobre a nova legislação foram publicados, escritos pela coordenadora adjunta do Programa de Política e Direito Socioambiental (PPDS) do ISA e especialista em Biodiversidade, Nurit Bensusan. Na série, ela aponta que trechos do decreto são inconstitucionais e vão contra tratados internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/29V62NM>
<http://isa.to/29LFXft>
<http://isa.to/29KdmOO>

Uma das “farsas” do decreto seria a inclusão do princípio do consentimento livre, prévio e informado, que, na prá-

tica, só existirá no papel, segundo Nurit. Além disso, a participação das populações tradicionais nos benefícios decorrentes do uso de seus conhecimentos não estaria plenamente garantida. “O novo marco legal é muito favorável aos usuários do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais, ou seja, as empresas dos setores farmacêutico, cosmético, alimentar, de sementes etc”, avalia Bensusan.

O ISA também participou de diversas reuniões com a Casa Civil para a construção do decreto, analisando as versões, sugerindo mudanças e assessorando os detentores de conhecimento tradicional. Apesar de o governo federal ter aberto um processo de consulta pública com o objetivo de coletar contribuições para a elaboração da norma, as sugestões colhidas não foram usadas de forma adequada. Assim, o resultado é um marco legal que espelha seu processo de concepção, pouco democrático e desequilibrado, critica Bensusan.



© FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Em Brasília, Guarani Kaiowa protestam pela demarcação de suas terras

Violento ataque de fazendeiros contra os Guarani Kaiowa deixa um morto

Em junho, um violento ataque de fazendeiros no território indígena de Toro Passo, Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I, identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em maio, no município de Caarapó (MS), levou à morte um líder indígena e deixou pelo menos cinco Guarani Kaiowa feridos. Em editorial de 16/6, o ISA denunciou tratar-se de mais um assassinato praticado por milícias privadas no Mato Grosso do Sul, onde ocorre um dos maiores índices de concentração fundiária do Brasil.

O estado também possui o segundo maior contingente de população indígena do país, atrás do Amazonas e nele ocorre a correlação mais desfavorável entre a população indígena existente e a extensão das Terras Indígenas (TIs) oficialmente reconhecidas. Na imensa maioria dos casos, assim como em Caarapó, os indígenas foram confinados em áreas diminutas, frente à sua população e à concentração fundiária local.

Os governos federal e estadual, assim como outras instituições públicas e as próprias representações institucionais dos proprietários rurais, têm sido alertados de que é urgente a demarcação das TIs do estado, imprescindível para a superação dos conflitos pendentes.

Da mesma forma, o ISA tem insistido na aprovação urgente pela Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional 132/2015, já aprovada por unanimidade pelo Senado e que prevê indenização aos portadores de títulos legítimos incidentes sobre terras a serem demarcadas.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1Ospind>

Curtas

▶ Concessão de parques paulistas é aprovada sem consultar comunidades afetadas

A Assembleia Legislativa de SP aprovou em junho, emenda ao Projeto de Lei 249/2013, que concedeu à iniciativa privada a gestão e utilização de parques estaduais, pelo prazo de 30 anos. Diversas organizações da sociedade civil, o ISA entre elas, reagiram negativamente ao projeto aprovado, porque a emenda não foi debatida e as comunidades afetadas não foram consultadas. Algumas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, região onde o ISA atua, desenvolvem atividades econômicas relacionadas às Unidades de Conservação, como a monitoria ambiental, que a partir de agora caberá às empresas. Vale lembrar que cinco desses parques estão localizados no Vale do Ribeira: Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), Caverna do Diabo, Ilha do Cardoso, Carlos Botelho e Intervales. Entre as 25 unidades listadas para concessão algumas não dispõem de plano de manejo, o que gera dúvidas sobre as diretrizes de gestão que as concessionárias deverão seguir, especialmente em relação às comunidades tradicionais e indígenas que nelas vivem.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1Yg1epv>



© ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Rompimento de barragens em Mariana (MG) destruiu distrito de Bento Rodrigues, o Rio Doce e impactou milhares de pessoas

Mobilização contra proposta que quer acabar com licenciamento ambiental continua

O ISA continua engajado na luta em defesa do licenciamento ambiental. No início de junho, participou da audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, para discutir a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 65) e outros projetos que ameaçam o licenciamento. O ISA foi parceiro do evento, que contou com participação de outras organizações da sociedade civil.

Ainda no início de junho, o ISA participou do 21º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, em São Paulo. O advogado da organização Maurício Guetta falou sobre os principais projetos que tramitam no Congresso e ameaçam o licenciamento ambiental para uma plateia de estudantes, professores, pesquisadores e técnicos.

No início de maio, o ISA publicou um editorial em que repudiava a PEC 65, apontando que ela “configura gravíssimo e inaceitável retrocesso aos direitos fundamentais da sociedade brasileira”.

De autoria do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e relatada pelo senador Blairo Maggi (PR/MT),

a PEC é uma das mais graves ameaças ao meio ambiente, às populações tradicionais e indígenas.

Ela prevê que a mera apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) de um empreendimento implicará sua autorização e que, daí em diante, ele não poderá ser suspenso ou cancelado. Caso aprovado o projeto, não haverá análise e aprovação da viabilidade socioambiental de qualquer obra pelos órgãos competentes. Populações e ecossistemas afetados ficarão à mercê da boa vontade dos empresários.

A PEC foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no fim de abril, quando as atenções da sociedade estavam voltadas para a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara.

Outra proposta em tramitação no Congresso que ameaça o licenciamento é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 654/2015, que reduz para cerca de oito meses o prazo para o licenciamento de grandes obras consideradas estratégicas pelo governo – um “Licenciamento a Jato”. O projeto interessa grandes empresas, como empreiteiras, várias envolvidas nos recentes escândalos de corrupção. Desde o ano passado, o ISA também integra a mobilização do MPF e de organizações da sociedade civil para derrubar o PLS.

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/1SMnjy>
<http://isa.to/24uTjtm>



© ALAN AZEVEDO/IMNI

Defesa de direitos e demarcação de terras marcam a Mobilização 2016

Indígenas reivindicam demarcação de suas terras e não admitem retrocessos em seus direitos

A Mobilização Nacional Indígena, que teve início em maio, com o Acampamento Terra Livre montado na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, teve como tema a reivindicação pela demarcação das Terras Indígenas.

As lideranças deixaram claro que não aceitariam qualquer retrocesso em seus direitos, independentemente do governo de plantão. Uma

grande plenária, com a participação de delegações vindas de todo o Brasil, reunindo cerca de mil indígenas, discutiu o cenário político e as principais ameaças aos direitos indígenas. Ao final, as lideranças fizeram um balanço positivo. Depois de três dias de acampamento, o governo anunciou a publicação de cinco portarias declaratórias e cinco relatórios de identificação e delimitação de Terras Indígenas (TIs).

A Mobilização Nacional Indígena avaliou que o Acampamento Terra Livre influenciou a oficialização dessas medidas, horas antes que o Senado aprovasse a admissibilidade do processo de impeachment e que, em consequência, a presidente Dilma Rousseff fosse afastada temporariamente. Alguns dias depois, diante de rumores de que essas portarias e relatórios seriam revistos, organizações indígenas, indigenistas, socioambientalistas, o ISA entre elas, lançaram uma campanha com o mote: *O governo é provisório, nossos direitos são originários*, para reiterar o que haviam deixado claro durante a mobilização de não admitir retrocessos em seus direitos.



© MANIKÁ RESEDÉ

Sonia Guajajara da Apib fala no Acampamento Terra Livre

SAIBA MAIS EM:
<https://mobilizacaoonacionalindigena.wordpress.com>



© RAFAEL SALAZAR/ISA

Extrativistas, ribeirinhos, indígenas e agricultores familiares durante oficina para tirar o mesocarpo do babaçu

Semana do Extrativismo promove diálogo e relação mais justa e transparente com povos da floresta

Essa é a ideia que norteou o trabalho dos ribeirinhos, indígenas e agricultores familiares, que se reuniram na Reserva Extrativista (Resex) Rio Iriri, no Pará, em maio, para falar sobre diversidade socioambiental, cultura e o território da Terra do Meio – mosaico de áreas protegidas localizado entre os rios Xingu e Iriri. Foi a terceira edição da Semana do Extrativismo, um dos principais eventos de articulação dos atores das diferentes cadeias de valor dos produtos do extrativismo, como a castanha, borracha, coco babaçu e copaíba. Este

ano, foram mais de 100 participantes, incluindo ribeirinhos das três Resex da região – Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu –, agricultores familiares de Uruará, indígenas Arara, Xikrin, Xipaya, Kuruaya e Parakanã, representantes do governo, ONGs e empresas.

A Semana do Extrativismo vem se firmando como uma oportunidade de diálogo entre atores locais buscando melhorias e inovações que promovam uma relação justa e transparente entre povos da floresta, o Estado e o setor privado. É ainda uma oportunidade para os moradores da Terra do Meio abordarem diferentes aspectos que envolvem a produção, a manutenção da cultura, a proteção do território e a conservação do meio ambiente.

Foram muitos os desafios apontados pelos participantes e entre eles está aumentar o comércio entre as comunidades da Terra do Meio para conseguir agregar mais valor aos produtos e fortalecer o capital de giro dentro do território. A necessidade de aumentar as trocas de produtos e gerar maior cooperação entre as comunidades para otimizar os processos produtivos e de comercialização, pode, por exemplo, ser realizado por meio de sistema de fretes e compras conjuntas. Bom para todos.

Garantia de origem e qualidade do produto são diferenciais

O fortalecimento das parcerias com as empresas que utilizam os produtos da Terra do Meio foi um dos pontos altos da semana, envolvendo não só a troca de experiências e as técnicas de produção mas também o estabelecimento ou a renovação de contratos com as populações da região. A Mercur, que compra borracha, a Atina, empresa de cosméticos que trabalha com a farinha do mesocarpo do coco babaçu, a Firmenich, indústria de perfumaria, a Wickbold, indústria de pães, ressaltaram a importância da garantia de origem e da qualidade do produto entregue. Uma nova empresa, a Tucum, participou pela primeira vez da Semana, e firmou contrato com indígenas, agricultores familiares e ribeirinhos de valorização da arte e do artesanato dos povos tradicionais.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2b7O9iA>



© ANNA MARIA ANDRADE/ISA

No Quilombo de Praia Grande, quilombolas malham arroz para separar grãos dos galhos e folhas

Sistema Agrícola Quilombola pode se tornar patrimônio cultural do Brasil

Está em fase final de elaboração, o relatório sobre o Sistema Agrícola Quilombola do Vale do Ribeira (SP) para análise do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com vistas ao seu reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil. Em junho, um seminário no quilombo de Ivaporunduva, em Eldorado, reuniu cerca de 50 lideranças quilombolas, representando as comunidades que fazem parte do processo, técnicos do ISA e parceiros, para fazer um balanço do que foi feito e avaliar o que faltava para concluir o documento, que deve ser entregue até o final deste ano.

As lideranças também assistiram e aprovaram os três vídeos sobre o Sistema Agrícola Quilombola, que vão compor o dossiê junto com o relatório. Com 24 minutos de duração, o último vídeo lançado em julho, integra diferentes olhares e perspectivas para explicar o Sistema Agrícola Quilombola do Vale do Ribeira (SP). Inclui a produção de alimentos no ciclo anual da roça, sua sustentabilidade em meio à Mata Atlântica, o conjunto de saberes,

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1RTbyw8>

celebrações, expressões e práticas culturais relacionadas ao modo tradicional de fazer roça e a contribuição das comunidades dos remanescentes de quilombos para o fortalecimento da agrobiodiversidade regional e do patrimônio genético da humanidade.

Os vídeos *Mutirão Quilombola*, *Sementes de Quilombos* e *Sistema Agrícola Quilombola* irão compor um DVD, que será entregue às comunidades e aos parceiros nesse processo. Já estão publicados no Youtube (<https://www.youtube.com/user/socioambiental>) e legendados em português, inglês e francês. Para a elaboração dos vídeos e do relatório foram realizadas entrevistas com 45 quilombolas de 11 diferentes comunidades e com 10 pesquisadores. Nos vídeos, os pesquisadores e os quilombolas explicam a importância das roças tanto na preservação da biodiversidade e dos animais típicos da Mata Atlântica, como do jeito de ensinar e de aprender, da organização coletiva do trabalho, das festas, músicas e danças associadas aos mutirões entre outros destaques. O projeto conta com patrocínio da Petrobrás.



© CAMILLA BARREIRA/ISA

Petróglifos do Rio Negro estão no roteiro do circuito

Índios do Rio Negro debatem projeto de turismo de base comunitária

Comunidades indígenas de Santa Isabel do Rio Negro, no noroeste amazônico, pretendem tirar do papel um circuito de ecoturismo e etnoturismo. Trilhas, canoagem, gastronomia, artesanato e apresentações tradicionais com o acompanhamento de lideranças e velhos conhecedores sobre as histórias e conhecimentos da região estarão no roteiro de um lugares mais exuberantes do Rio Negro. Durante oficina realizada em maio pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Fundação Nacional do Índio (Funai) e ISA com a Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (Acir), iniciou-se a construção do plano de visitação, que cobre parte das Terras Indígenas (TIs) Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa.

Uma agenda de trabalho que envolve levantamentos e consultas com 12 comunidades foi definida para avançar em um projeto de turismo de base comunitária que contribua para a gestão territorial e o bem viver das famílias Bare, Tukano, Baniwa e Piratapua e faz parte da discussão dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras indígenas do Rio Negro. Também está em debate a formação de uma agência indígena de turismo para garantir o protagonismo das comunidades nos projetos e parcerias que observem os modos de vida da população e assegurem que os

benefícios da atividade sejam repartidos adequadamente, com transparência e respeitando os interesses coletivos.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/22hUlgG>

Curtas

► Direto da floresta para a sua mesa

Um novo produto da floresta entrou na lista dos que já estão sendo vendidos no box Amazônia/Mata Atlântica, no Mercado de Pinheiros, em São Paulo. Em maio, entraram nas prateleiras os cogumelos secos Yanomami, colhidos nas florestas de montanha do extremo oeste de Roraima, na região de Auaris, na Terra Indígena Yanomami. Os cogumelos comestíveis agora à venda resultaram de um trabalho desenvolvido pelo ISA e a Hutukara Associação Yanomami envolvendo uma pesquisa liderada por jovens indígenas Sanõma, subgrupo Yanomami, sobre os alimentos que fazem parte da sua dieta. Vale lembrar que os ganhos com a venda dos cogumelos são integralmente destinados às comunidades Yanomami produtoras.

SAIBA MAIS EM:

<http://cogumeloyanomami.org.br/>



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Cogumelos Yanomami "Sanõma" estão à venda no Mercado de Pinheiros

© GUIARA NANA



Jovens coletores Ikpeng montam calendários agrícolas para entender alterações no clima

Mudanças climáticas mobilizam jovens coletores da região do Xingu Araguaia

Jovens indígenas, agricultores familiares e residentes urbanos da região Xingu Araguaia, no Mato Grosso, participaram de dois encontros, realizados pela Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX), para articular conhecimentos sobre os efeitos das mudanças climáticas na floresta e na vida de suas comunidades. O primeiro aconteceu em abril, em Porto Alegre do Norte e o segundo, em junho, em Nova Xavantina. Ambos tiveram como foco os efeitos das mudanças do clima na produção de sementes, de sua qualidade e na vida comunitária.

No primeiro encontro, os 15 jovens pesquisadores buscaram entender o funcionamento da floresta e como os ciclos fenológicos têm se modificado ao longo do tempo por conta das alterações do clima. A percepção dessas mudanças é um tema recorrente no universo de trabalho do coletor de sementes, que tem sentido os efeitos em diversos níveis - no planejamento da coleta de sementes, que se tornou mais difícil com as

alterações nos períodos de floração, frutificação e maturação dos frutos,

por exemplo. No segundo encontro, os jovens trouxeram os resultados de pesquisas depois de levantar informações junto aos mais velhos das comunidades para registrar o ciclo de produção dos sementes e identificar os sinais do tempo que caracterizam essas diferentes etapas.

O engajamento dos jovens no trabalho da Rede de Sementes do Xingu, que hoje conta com 420 coletores e atua em 17 municípios, vem não apenas no sentido de incentivar o trabalho que fazem em suas comunidades, mas também de buscar alternativas de adaptação às alterações climáticas, agravadas pelo desmatamento e impactos do agronegócio na região. A partir do olhar sobre os calendários agrícolas, os jovens identificaram mudanças nos padrões dos frutos e indicadores de tempo - como chuva, seca, manifestações de insetos e outros animais. Tudo interfere na delicada cadeia de produção: o aumento do calor, por exemplo, facilita a perda de controle nas queimadas de roça (agravado pela falta de chuva), altera os horários de coleta e o tempo de maturação dos frutos, além de dificultar o manejo das sementes que podem estar mais infestadas com a proliferação de fungos e insetos.

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/1VbE8j1>
<http://isa.to/1ZMcLLT>



© TIAGO MOREIRA DOS SANTOS/ISA

Mulheres Ye'kwana participam de oficina na comunidade Fuduwaaduinha

Ye'kwana traçam caminhos para melhorar suas condições de vida

Durante uma semana, lideranças do povo Ye'kwana, em Auaris (RR), uma das regiões mais vulneráveis da Terra Indígena Yanomami, que sofre com superpopulação e sedentarização, participaram de uma oficina para elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Yanomami (PGTA-TIY) e outra na qual validaram um levantamento socioambiental sobre a região do Auaris. A oficina, realizada na comunidade Fuduwaaduinha, é fruto de uma parceria entre a Associação do Povo Ye'kwana no Brasil (Apyb), a Hutukara Associação Yanomami (HAY) e o Instituto Socioambiental (ISA). O objetivo principal foi traçar caminhos para melhorar a qualidade de vida das comunidades de Auaris e promover seu bem estar, seja manejando recursos naturais, seja lutando contra as ameaças que rondam seus territórios. O levantamento socioambiental, realizado pelo pesquisador Ye'kwana Natalino Awaajisha João Rocha, alimentou debates sobre gestão territorial na comunidade, que no futuro integrará o Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas (Sisti), em desenvolvi-

mento pelo Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1TTIWWN>

Da substituição dos alimentos industrializados na merenda escolar ao que deve ser cantado no momento do plantio das roças, tudo foi sintetizado pelos Ye'kwana em uma carta com os temas que os preocupam. Entre eles, estão os cuidados com o manejo dos recursos naturais já que as roças e a produção dos alimentos são fundamentais para sua sobrevivência. Para ampliar a oferta de alimentos locais na dieta das famílias, os Ye'kwana avaliam que é preciso aumentar a disponibilidade de caça, pesca, frutas e áreas boas para o roçado. A merenda escolar, constituída basicamente por enlatados e conservas, faz com que as crianças se acostumem com a comida dos não indígenas e desvalorizem os alimentos que vêm de suas roças. Por isso, uma das propostas é que a própria comunidade forneça os alimentos para a merenda escolar. Dessa forma estariam afastando as doenças advindas do consumo de alimentos industrializados, comprados com salários de professores e agentes indígenas de saúde e oriundos de benefícios sociais. Vale lembrar que Auaris tem hoje alguns dos piores indicadores de saúde da TI Yanomami, com o maior índice de desnutrição infantil e o maior número de óbitos entre crianças menores de 1 ano.



© SILVIA FURTADO/ISA

Equipe validou o levantamento na aldeia Jeremias da TI Paraná do Boa Boa, em Jutaí (AM), território Nadöb

Levantamentos socioambientais estimulam protagonismo indígena na gestão de seus territórios

Depois de parcerias de sucesso em 12 Terras Indígenas (TIs) para levar adiante experiências de levantamento socioambiental participativo, a equipe do Monitoramento do ISA concluiu nova etapa no desenvolvimento de uma ferramenta para organizar informações. Às 44 comunidades que já participaram dessa experiência, vieram se somar uma comunidade Nadöb

no Médio Solimões (AM), e outra Ye'kwana no norte de Roraima.

Em abril, a equipe validou o levantamento socioambiental na aldeia Jeremias da TI Paraná do Boa Boa, município de Jutaí (AM), território Nadöb. Informações, pontos estratégicos (via GPS) e a documentação fotográfica de situações relevantes para a comunidade foram realizados pela pesquisadora indígena Adneuzza Souto. Uma expedição à área do Cumarú, antiga aldeia, nos limites da TI, fundamental para a história dos Nadöb no contato com os não indígenas, revelou-se estratégica para a fiscalização de caça e pesca ilegal. Isso os incentivou a ocupar aquela parte de seu território e a valorizar as narrativas do passado de seu povo, atualmente dependentes da memória de Vovô Ramiro, o mais idoso da aldeia.

Um grupo formado por professores da aldeia Jeremias e Jutaí comprometeu-se a traduzir a publicação final do projeto para a língua Nadöb contribuindo para que eles dominem a escrita Nadöb. Em maio, a validação foi com os Ye'kwana, que vivem na TI Yanomami (RR). As informações serviram para alimentar debates sobre gestão territorial na comunidade Fuduwaaduinha (*veja matéria na página ao lado*).

Publicação faz retrato socioambiental de Terras Indígenas

Fruto de uma parceria entre o Conselho Indígena de Roraima e o Programa Monitoramento do ISA, o livro *Majariana - Na luta por um futuro melhor para os povos indígenas* apresenta os resultados do levantamento socioambiental das Terras Indígenas (TIs) Anaro, Ananás e Ponta da Serra, na região do Amajari, escolhidas durante assembleia do CIR em 2015 para participar do levantamento. Agentes territoriais e ambientais indígenas produziram

informações de dentro e de fora das TIs. Os dados levantados contribuem para o fortalecimento das comunidades que têm a oportunidade de discutir seus direitos e a sustentabilidade de seus territórios.



ISA, Funbio e Rock in Rio vão plantar um milhão de árvores na Amazônia

A campanha Amazônia Live, do Rock in Rio, lançada em abril, quer sensibilizar a população mundial a se engajar no plantio de um milhão de árvores na Amazônia, com o lema *Mais do que árvores, vamos plantar esperança*. Em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

(Funbio) e o Instituto Socioambiental (ISA), o Rock in Rio vai promover a restauração florestal, a recuperação de nascentes e matas às margens dos rios na região do Xingu (MT) e gerar renda para as comunidades locais. O ISA será responsável pelo plantio, graças à sua experiência de mais de dez anos com restauração na região do Xingu.

A técnica utilizada será a sementeira direta com um mix de sementes chamado de muvuca, para reproduzir o processo natural da floresta. E contará com a experiência dos coletores de sementes da Rede de Sementes do Xingu, que fornecem sementes para a restauração e dos plantadores de árvores da região do Xingu Araguaia. *Amazônia Live* vai estreiar em agosto, com um show do tenor Plácido Domingo, que cantará em um palco flutuante montado no Rio Negro, em Manaus (AM). Durante o lançamento no Rio de Janeiro, o depoimento da jovem coletora Milene Alves, da Rede de Sementes do Xingu, encantou e emocionou a todos.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1RAHfPx>



© JORGE HELY/VER+

Jovem Milene Alves encanta público no lançamento do Rock in Rio

Clima e Energia mobilizam povos da floresta em Brasília

Se as mudanças climáticas afetam todo o planeta, sua percepção entre os povos da floresta é bastante particular. Ao contrário de quem vive nas cidades, indígenas, extrativistas e quilombolas vivem em sintonia fina com a natureza: eles se regem pelas épocas de chuva e seca, por exemplo, quando é tempo de plantar ou de colher. Portanto, sentem as consequências das alterações do clima em seu cotidiano de forma direta e imediata. Tais percepções, inquietações e questões foram relatadas por cerca de 80 lideranças indígenas, quilombolas e extrativistas presentes ao Encontro Florestas e Energia, realizado em junho pelo Instituto Socioambiental em Brasília.

O objetivo foi reuni-los

para compartilhar visões e desafios e juntos fortalecer estratégias de adaptação e enfrentamento das mudanças climáticas. A oficina contou com a participação de diversas organizações e especialistas.

“O mundo está com febre”, cravou Maximiliano Menezes, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), ao falar das mudanças climáticas e suas catastróficas consequências. Além de apontar a febre que pode matar tudo e todos, ele descreveu como a mudança do clima come a floresta por dentro. Mas não é só. O desmatamento, as grandes obras de infraestrutura, como estradas e hidrelétricas, e projetos de mineração comem a Amazônia pelas bordas. Ou seja, a floresta não é mais a mesma.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1rs3Rr8>

Site Povos Indígenas apresenta exposição virtual em parceria com Museu de Viena

O site Povos Indígenas no Brasil passou a exibir em julho uma exposição virtual, fruto de parceria entre o ISA e o Weltmuseum, de Viena.

A primeira leva se compõe de mais de 100 imagens de objetos do cotidiano dos povos Karajá (Tocantins, Pará, Mato Grosso e Goiás), Panará (Mato Grosso e Pará), Wājapi (Amapá, Pará e Guiana Francesa) e Wari' (Rondônia). E, em breve, outras imagens devem ser incorporadas à mostra.

Os objetos chegaram ao museu nos séculos XIX e XX, pelas mãos de exploradores e pesquisadores que percorreram diferentes lugares na América do Sul.

Os visitantes também poderão acessar os verbetes de cada povo para saber mais sobre sua cultura, seus costumes e modos de vida.



Adorno de joelho para dança Panará



Cocar Wājapi

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2b1A07H>

Para onde foram as andorinhas, premiado na Espanha, é exibido na Ecofalante e está na internet

O filme, produção do ISA e do Instituto Cati-tu, exibido pela primeira vez na Conferência do



Clima de Paris, em dezembro do ano passado, foi o vencedor do Festival das Ilhas Canárias (Espanha) de curta metragens. *Para onde foram as andorinhas* mostra de forma sensível as percepções dos índios

do Parque Indígena do Xingu quanto aos impactos das mudanças climáticas em sua vida diária.

O filme foi exibido pela primeira vez no Brasil em junho durante a Mostra Ecofalante que lotou a sala 2 do Cine Reserva Cultural, na av. Paulista, em SP. Em agosto, ele será exibido em São Paulo para convidados, entre jornalistas e filiados que poderão conhecer melhor o trabalho que o ISA realiza.

ASSISTA AO FILME:
<https://vimeo.com/179228552>

O que o governo Dilma fez (e não fez) pelos direitos territoriais

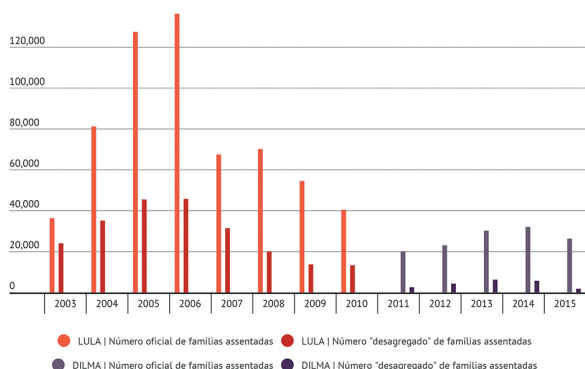
O ISA publicou em julho uma série de reportagens com um balanço da política territorial nos seis anos do governo da presidente afastada Dilma Rousseff, criticado por ser um dos que menos fez, nos últimos 30 anos, pelos assentamentos de reforma agrária e as áreas protegidas – Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas. Os números confirmam. A paralisação no reconhecimento, segundo os especialistas, guarda relação direta com os acordos firmados por Dilma com sua base parlamentar fortemente ruralista. Os territórios quilombolas estão no final da fila. Confira o placar do reconhecimento.

REFORMA AGRÁRIA

Nesse quesito, houve redução drástica na distribuição de terras para reforma agrária, processo semelhante ao ocorrido com TIs, UCs e territórios quilombolas. Dados e análises sugerem tendência geral de declínio na destinação de áreas de interesse coletivo no País. Sem desapropriar sequer um hectare em 2015 para fins de assentamento, em abril deste ano, Dilma assinou 21 decretos de desapropriação, totalizando 35 mil hectares.

Entre 2011 e 2015, sua administração teria fixado 133,6 mil famílias em assentamentos. No primeiro mandato de Lula teriam sido assentadas 381,4 mil famílias e, no segundo, mais 232,6 mil famílias. A média de Lula é de 76,7 mil famílias por ano, contra 25 mil famílias sob Dilma. Os dados sobre assentamentos são do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Famílias assentadas, de Lula a Dilma

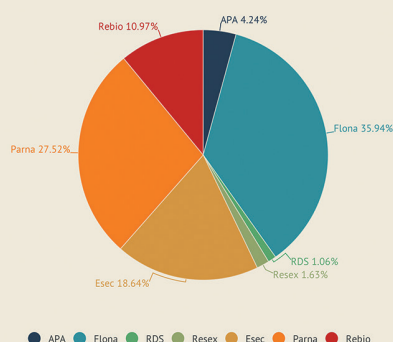


Elaborado pelo Instituto Socioambiental a partir de dados do INCRA organizados pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

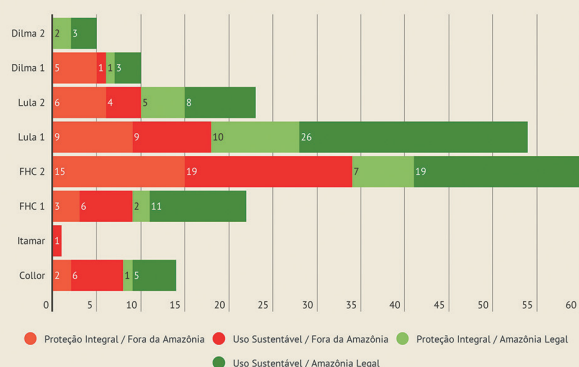
Foram criadas 15 UCs federais – seis na Mata Atlântica e nove na Amazônia Legal. Além de ter contribuído pouco com a criação de UCs, Dilma também editou uma Medida Provisória (MP) em 2011 desafetando 83 mil hectares de sete UCs para a implementação de hidrelétricas. Entre as mais afetadas foram UCs no Rio Tapajós.

Área das UCs criadas por Dilma por categoria (%)



Dados do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental, 2016
uc.socioambiental.org

Criação de UCs federais nos últimos governos

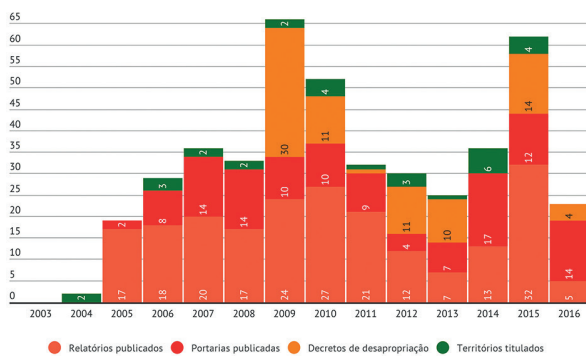


Dados monitorados pelo Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA, 2016
uc.socioambiental.org

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Apesar de avanços conquistados nos últimos 13 anos, na administração de Dilma Rousseff essas populações continuaram no fim da fila da garantia dos direitos territoriais – assim como os negros estão sempre no fim da fila na garantia de qualquer direito no Brasil. Veja o gráfico.

Regularização de quilombos pelo governo federal



Elaborado pelo Instituto Socioambiental a partir do quadro atual da política de regularização de Territórios Quilombolas no INCRA em 2016. São consideradas apenas as áreas tituladas pelo INCRA ou em parceria com o órgão, excluindo titulações realizadas exclusivamente por órgãos estaduais e pela Fundação Cultural Palmares.

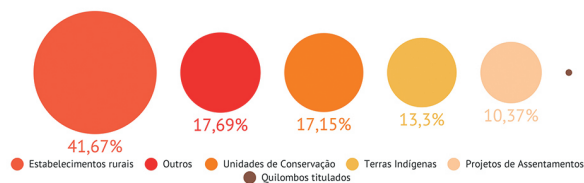
Fim da fila

1,17 milhão
É a população estimada de quilombolas no Brasil, segundo a Fundação Cultural Palmares

970 anos
É o tempo que INCRA demoraria para titular todas as comunidades quilombolas já certificadas, segundo a organização Terra de Direitos

1,5 mil
É o número de processos de reconhecimento de quilombos em aberto no INCRA. Desses, 87% não saíram da primeira etapa

Quilombos titulados são 0,12% do território nacional

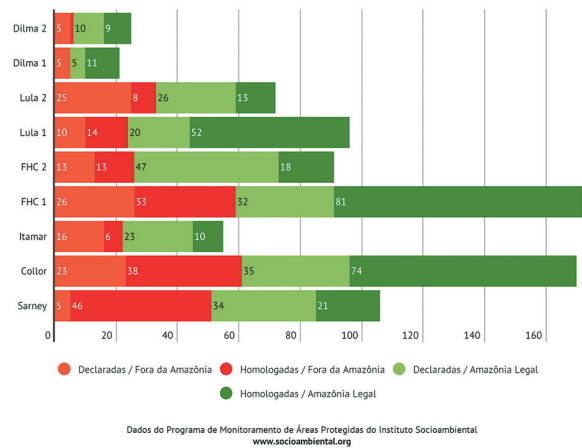


Nota Dados obtidos pelo INCRA em www.agricultura.gov.br (dados de todos os tipos de estabelecimento rural); www.mma.gov.br (apenas dados das Unidades de Conservação continentais, excluindo-se as marinhas); www.funai.gov.br (dados de todos os tipos de Terras Indígenas); e www.incra.gov.br (dados de todos os tipos de Projeto de Assentamento, inclusive os em processo de obtenção).

TERRAS INDÍGENAS

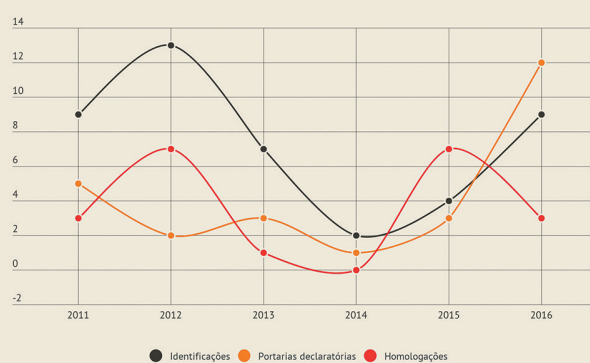
Quando o assunto é homologações, a última etapa da demarcação de TIs, os atos da presidente Dilma Rousseff ficaram restritos à região em que estão 98% das TIs já demarcadas, a Amazônia Legal. Das 21 TIs homologadas só uma está no centro-sul do país, onde os conflitos são mais intensos: a TI Piaçaguera, do povo Guarani Nandeva, com 2,7 mil hectares, no litoral sul do Estado de São Paulo. Em 2012 e 2015, foram assinados sete decretos de homologação, respectivamente. Em 2014, nenhum.

Demarcações nos últimos seis governos



Dados do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental www.socioambiental.org

Ano a ano



Dados monitorados pelo Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental, entre 2011 e 2016 www.socioambiental.org

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/28SCcLY>

Série De Olho no Xingu analisa desmatamento e riscos com incêndios

Em maio, o Programa Xingu do ISA iniciou a publicação de análises sobre as tendências históricas e atuais de ocupação da Bacia do Rio Xingu, utilizando dados de desmatamento, de focos de calor, econômicos e outros, qualificados pelo trabalho de campo das equipes e parceiros locais.

A primeira análise da série foi sobre desmatamento, o indicador mais frequentemente usado para determinar as tendências de ocupação na Bacia Amazônica. A segunda análise, publicada em junho, abordou os riscos e ameaças físicas sobre a bacia, tendo como foco a distribuição espacial e histórica dos incêndios nas florestas, pastos e lavouras. O aumento das secas e queimadas preocupa a população xinguna, e, no contexto das mudanças climáticas, é fundamental

examinar as informações disponíveis e tentar planejar ações de adaptação e mitigação.

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/20v8vAn>
<http://isa.to/28O8HYF>

Brigadas indígenas se preparam para o combate ao fogo

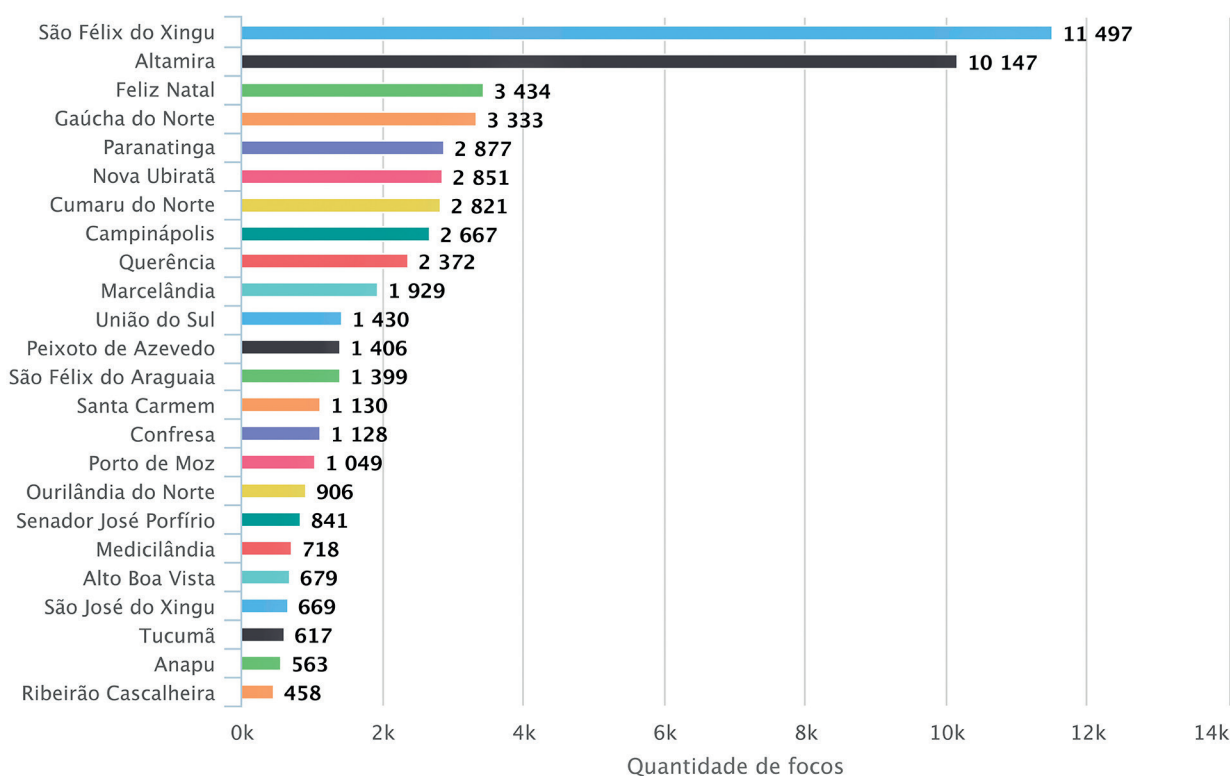
Com a proximidade do período da seca, em agosto, a equipe do Programa Xingu iniciou seus trabalhos junto às brigadas indígenas anti-incêndio do Parque Indígena do Xingu, para planejar ações e percorrer aldeias que ainda não fazem parte do Projeto de Controle do Fogo. O desmatamento no entorno do PIX está contribuindo significativamente para o aumento das temperaturas e assim o fogo para preparar os roçados acaba se alastrando com facilidade.



© ROCEMINO ASSIS

Focos de calor nos municípios da Bacia do Xingu entre 2011 e 2015

Focos de calor detectados pelos satélites NOAA 12 e AQUA-MT (Inpe, 2015)



Highcharts

Campanha do ISA quer viabilizar nova edição do Almanaque Brasil Socioambiental

Entrou no ar em junho a nova campanha de financiamento coletivo do Instituto Socioambiental (ISA). O objetivo: viabilizar a nova edição do Almanaque Brasil Socioambiental, principal publicação do ISA para entender as drásticas transformações ambientais e sociais que o mundo vem sofrendo. O almanaque não é uma peça de museu, mas uma publicação fundamental para olhar o mundo de uma maneira diferente.

Há várias formas de participar: por isenção fiscal, abatendo o valor do seu imposto de renda, graças à aprovação do projeto na Lei Rouanet ou comprando sua edição antecipadamente. São mais de 100 verbetes sobre temas como Mudanças Climáticas, Povos Indígenas, Cida-

des, Energia e Florestas, ensaios fotográficos, mapas exclusivos e infográficos, que buscam traduzir temas complexos para uma linguagem acessível e abrangente. Ideal para estudantes, pesquisadores e cidadãos interessados em olhar o mundo pela perspectiva que supera o embate entre homem versus natureza: a perspectiva socioambiental.



SAIBA MAIS EM:
almanaque.socioambiental.org

Aliança pelo Clima e Horizont3000 visitam comunidades no Rio Negro

Em maio, representantes das organizações austríacas Aliança Pelo Clima, que apoia atividades da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), desde sua fundação, e da Horizont3000, também parceira de longa data visitaram comunidades do Baixo Uaupés e Tiquié, no Alto Rio Negro. O objetivo foi conhecer os problemas e desafios das comunidades na Terra Indígena Alto Rio Negro.

Os visitantes passaram por São Gabriel da Cachoeira e dali foram ao Uaupés e ao Tiquié em duas voadeiras, acompanhados por Nildo Fontes da Foirn e Pieter-Jan van der Veld do ISA. No Uaupés visitaram Monte Alegre e Taracua, e no Tiquié, as comunidades de Matapi, Serra de Mucura, Bela Vista, Pari Cachoeira, São Pedro, Caruru e Pirarara poço onde foram recebidos com festa e presentes. Na comunidade de São Pedro, os visitantes puderam conhecer as roças, fazer trilhas na floresta e observar a produção de farinha. As conversas nas comunidades foram



Delegação austríaca inaugura nova loja Wariró

essenciais para que os austríacos se inteirassem das dificuldades e problemas especialmente em relação a falta de apoio do governo brasileiro. Na comunidade de Taracua, os visitantes participaram da Assembleia da Associação de Mulheres Indígenas da Região de Taracua. Já de volta a São Gabriel, eles foram à nova loja da Wariro, reconstruída com apoio financeiro da Áustria, para cortar a fita de inauguração.

Campanha institucional e plano estratégico são apresentados aos sócios do ISA

A assembleia anual do ISA realizada em junho, na Cinemateca de São Paulo, ampliou o Conselho Diretor de cinco para seis integrantes e ficou assim: Jurandir Craveiro (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Geraldo Andrello, Márcio Santilli, Marina Khan e Neide Esterci. O Conselho Fiscal também foi ampliado de dois para três membros. A Secretaria Executiva apresentou aos sócios a versão final do Planejamento Estratégico do ISA para os próximos cinco anos (2016-2020) e também a campanha de filiação. A assembleia se encerrou com um debate sobre a conjuntura política e o cenário socioambiental futuro para o qual todos os funcionários do ISA foram convidados, seguido de um coquetel.



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Apresentação de campanha durante Assembleia do ISA na Cinemateca (SP)

SOCIOAMBIENTAL SE ESCREVE JUNTO!

Junte-se ao ISA e apoie a luta pela defesa dos direitos indígenas e da diversidade socioambiental

www.socioambiental.org



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Jurandir Craveiro Jr. (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Geraldo Andrello, Márcio Santilli, Marina Kahn e Neide Esterci. **Secretário Executivo:** André Villas-Bôas.

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Comunicação: Bruno Weis (coordenador). Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Isabel Harari, Letícia Leite, Oswaldo Braga de Souza. Colaboração: Tatiane Klein. Ilustrações: Rubens Matuck. Projeto gráfico e editoração eletrônica: Ana Cristina Silveira.

VISITE NOSSO SITE: WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua Major França, 85, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.